

Educação Profissional e Organizações não governamentais: perfil das ONGs que desenvolvem formação profissional de jovens trabalhadores

Professional Education and Non-governmental organizations: a profile of NGOs that provide vocational training to working class young adults

Ana Paula Bellizia¹

RESUMO: Diante grande participação do chamado Terceiro Setor na Educação Profissional, e de poucos estudos acadêmicos a respeito deste fenômeno, o texto busca compreender o papel jogado pelas Organizações não governamentais que oferecem cursos de formação profissional aos jovens de famílias da classe trabalhadora na cidade de São Paulo por meio da análise de dados levantados via consulta a documentos disponíveis nos portais da Prefeitura de São Paulo e do Ministério do Trabalho e Emprego, e em sítios temáticos sobre o Terceiro Setor. Foram encontradas 114 ONGs (com 142 diferentes unidades) que oferecem cursos gratuitos para jovens. Realizou-se mapeamento do perfil das mesmas incluindo: tipo de origem, natureza jurídica, ano de fundação e localidade; convênios ou parcerias; nome dos cursos; faixa etária, quantidade e critérios de seleção dos jovens atendidos.

PALAVRAS CHAVE: Educação Profissional. Organizações não governamentais. Juventude.

INTRODUÇÃO

Nas duas últimas décadas constata-se a crescente atuação do Terceiro Setor, com especial atenção ao público jovem e recentemente com ênfase na Educação Profissional. De acordo com dados de estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (IBGE *et al.*, 2008b) entre 1996 e 2005, o crescimento no Brasil das Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos (FASFIL), foi da ordem de 215,1%. Esse crescimento foi quase três vezes mais elevado do que a média de crescimento de todos os demais grupos de entidades, públicas e privadas – 74,8%. Trazendo um recorte mais recente, do período entre 2002 e 2005, as FASFIL continuaram crescendo 22,6%, saltando de 275,9 mil em 2002 para 338,2 mil em 2005.

¹ Mestranda da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo Linha temática 'Estado, Sociedade e Educação', Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – FEUSP, CEP: 05508-040, São Paulo/SP, Brasil.

Por outro lado o tema 'Trabalho e Juventude' desponta por ser a juventude momento crucial de construção da identidade profissional, a parcela da população que mais sofre as consequências da precarização do trabalho e na qual a taxa de desemprego chega a superar em três vezes a da população adulta. Sendo esta uma realidade brasileira e também mundial.

A formação para o trabalho de jovens encontra ressonância num país que possui grande parte de sua população na faixa etária da juventude (são 49.770 milhões de jovens entre 15 e 29 anos, correspondendo a 26.2% da população total do país), sendo que nesta faixa as dificuldades para a inserção ocupacional se apresentam de forma acentuada (IBGE, 2008a).

No panorama mundial, inúmeras pesquisas apontam a juventude como um dos grupos mais vulneráveis ao processo de precarização do mercado de trabalho e ao aumento do nível de desemprego. Segundo o relatório 'Trabalho Decente e Juventude', lançado em julho de 2009 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), o índice de desemprego entre os jovens é 3,2 vezes maior que o verificado entre os adultos. E, quando empregados, os jovens enfrentam as condições de trabalho mais precárias: são mais afetados pela informalidade (63% não tem carteira profissional assinada), atuam em postos de menor qualificação e recebem salários inferiores (menos da metade do que os recebidos pelos adultos), embora trabalhem por jornadas iguais ou mais extensas (CONSTANZI, 2009).

O mais recente relatório da OIT (Tendências Globais de Emprego para a Juventude, 2010) mostra que o desemprego juvenil em todo o mundo atingiu, em 2009, o mais alto dos patamares já registrados. Em 2007, a taxa de desemprego dos jovens era de 11,9%. Em 2009, a porcentagem saltou para 13%, e projeções do estudo mostram que a taxa de desemprego global da juventude deve continuar crescendo em 2010, chegando a 13,1% no final deste ano.

No Brasil, de acordo com pesquisa realizada pelo DIEESE, os jovens moradores de regiões metropolitanas (inclui a cidade de São Paulo, foco desta pesquisa), na faixa etária entre 16 e 24 anos, representam 45,5% do total de desempregados. É praticamente metade do desemprego concentrado na população jovem. Outro dado que a pesquisa destaca, e é bastante significativo para a Educação Profissional voltada à juventude, é a relevância da fase de vida entre 16 e 24 anos

[...] uma vez que é nela que tendem a ocorrer a conclusão da formação escolar e o ingresso na vida profissional. Assim, os sucessos escolares e ocupacionais nessa faixa etária têm importância destacada e se refletem e/ou determinam o restante da vida do trabalhador. (DIEESE, 2006, p.7).

Após o ingresso no mercado de trabalho, seja formal ou informal, dados sugerem a dificuldade de conciliar estudo e trabalho: cerca de 68% dos jovens que estão ocupados apenas trabalham e não estudam mais, sendo que esta média sobe para 74 % quando o jovem provém de família de menor renda (DIEESE, 2006). Assim, a primeira formação profissional para aqueles que irão buscar o primeiro emprego mostra-se bastante relevante e marca a história de vida do trabalhador.

Cabe também ressaltar que a juventude da qual se fala é proveniente das famílias da classe trabalhadora, ou como Gramsci denomina, da classe subalterna. De acordo com Angeli (1998, p. 39), “A rigor, todos os que abordaram a questão educação e trabalho, o fizeram para esta classe, já que a educação das elites não parece ter colocado grandes desafios depois que os grandes filósofos gregos pensaram a educação.”

Este é um ponto fundamental, pois a realidade dos jovens brasileiros apresenta diferenças brutais entre os mais pobres e os mais ricos. A pesquisa *Jovens e Trabalho no Brasil* revela que o ingresso no mercado de trabalho e as condições em que essa inserção se dá são, de certa forma, determinadas pelo nível socioeconômico do jovem. Os números revelam que a maioria dos indivíduos de 14 a 17 anos que só trabalham (a maior parte sem ter concluído o ensino fundamental) está entre os 40% com menor renda familiar per capita. Os 20% com maiores rendimentos tendem a se dedicar de forma exclusiva ao trabalho somente a partir dos 18 anos, depois de terem concluído o ensino médio (CORROCHANO, 2008).

A diferença também se manifesta no acesso à educação escolar. Historicamente sempre foram oferecidos dois tipos distintos de ensino. Como Gramsci (1985, p. 110) observa, existe

A tendência [...] de abolir qualquer tipo de escola ‘desinteressada’ (não imediatamente interessada) e ‘formativa’ ou conservar delas tão somente um reduzido exemplar destinado a uma pequena elite de senhores e de mulheres que não devem pensar em se preparar para um futuro profissional, bem como a de difundir cada vez mais as escolas profissionais especializadas, nas quais o destino do aluno e sua futura atividade são predeterminados.

É possível afirmar, por outro lado, que atualmente no Brasil o estabelecimento desta dicotomia não é mais tão clara, pois o que temos são escolas puramente ‘formativas’ destinadas à população trabalhadora em geral, de onde os alunos saem mal formados tanto na cultura geral quanto na formação profissional, e algumas poucas escolas técnicas profissionalizantes (por exemplo SENAIs, ETECs e IFs) que abrangem um baixo número de alunos. De certa forma o padrão se inverte, pois os jovens que frequentam escolas de ensino médio particular estão sendo preparados para o ingresso na universidade, que aponta para a inserção no mercado de trabalho, enquanto a grande massa da juventude que frequenta a escola pública não tem

oportunidade de desenvolver uma formação que possibilite chegar à universidade e nem recebem formação técnica profissional.

De qualquer maneira, analisando o sistema educativo brasileiro voltado à população jovem, o retrato que se revela é de uma escola desconectada de assuntos e experiências da vida, da qual o trabalho faz parte. Este diagnóstico também foi realizado por Gramsci (1985) em sua época histórica. Ele enxergava um grande salto entre a escola propriamente dita e a vida. Não havia processos para levar o aluno à passagem racional da quantidade (idade) à qualidade (maturidade intelectual e moral). De uma vivência de escola controlada autoritariamente, onde o ensino é quase puramente dogmático e o estudo baseado na memória e disciplina, o aluno tinha de adaptar-se ao trabalho profissional autônomo e independente ou então continuar os estudos com a exigência de autodisciplina intelectual e autonomia, referências que nunca adquiriu durante o período escolar (GRAMSCI, 1985).

Da mesma forma, com outro olhar, Paulo Freire (1987) também se refere a uma escola distante das questões cotidianas da vida e totalmente focada na realidade de uma única classe (opressores). Contra esta concepção de educação, que denominou de “bancária”, propôs a realização de uma educação problematizadora e libertadora para a classe trabalhadora (oprimidos).

A política educacional desenvolvida pelo Estado abre espaço para a atuação do Terceiro Setor², ou seja, para a inserção das organizações sem fins lucrativos, de diversas naturezas (desde as tradicionais religiosas e filantrópicas até as mais recentes de origem empresarial), que possuem como parte de seus programas, cursos profissionalizantes.

Na verdade, o espaço aberto pelo Estado não ocorre somente na área Educacional, mas caracteriza as relações entre Estado e Sociedade Civil nos anos de 1990. As organizações não governamentais (ONGs), que já haviam surgido durante o período militar, cresceram na década de 1980 e, como citado acima, se expandiram e se tornaram visíveis na década de 1990. Junto com esta grande expansão, no início dos anos 2000, surgiram os questionamentos a respeito da natureza e significado das ONGs, debate em pauta até os dias de hoje. Discute-se ainda se as ONGs constituem motores de transformação social, uma nova forma de fazer política, ou se são um campo propício às ações do neoliberalismo, buscando repassar as responsabilidades sociais do Estado para o campo da sociedade civil (HADDAD, 2000).

Propõe-se analisar aqui a temática da formação profissional de jovens, uma ação estrutural da sociedade, que é formar as novas gerações para o trabalho, para

² “A definição proposta, tão sucinta, é portadora de uma ambiciosa mensagem: surge no mundo um terceiro personagem. Além do estado e do mercado, há um “terceiro setor”. “Não-governamental” e “não-lucrativo”, é no entanto, organizado, independente, e mobiliza particularmente a dimensão voluntária do comportamento das pessoas.” (FERNANDES, 1994, p. 19).

a produção e reprodução da vida. Não se trata de uma questão marginal ou de assistência social. Segundo Montaño (2007, p. 23)

O objetivo de retirar o Estado (e o capital) da responsabilidade de intervenção na ‘questão social’ e de transferi-los para a esfera do ‘terceiro setor’ não ocorre por motivos de eficiência (como se as ONGs fossem naturalmente mais eficientes que o Estado), nem apenas por razões financeiras: reduzir os custos necessários para sustentar esta função estatal. O motivo é fundamentalmente *político-ideológico*: retirar e esvaziar a dimensão de direito universal do cidadão quanto a políticas sociais (estatais) de qualidade.

Apesar de esta discussão ser recente, é interessante notar que atuação de organizações na formação para o trabalho da população pobre sempre foi bastante recorrente. Já por volta de 1873, na Província de São Paulo, a Maçonaria³ criou as primeiras “escolas para pobres”, as aulas noturnas de alfabetização de adultos, trabalhadores livres ou escravos. Portanto, já na época do Império, parte da sociedade civil, neste caso representada pela Maçonaria, apresenta um discurso crítico em relação à atuação do Estado na área educacional:

A ignorância, ‘única barreira a dividir a sociedade em dois campos, o último privilégio a destruir’, é vista como cumprindo seu papel na preservação da situação vigente, e seu oposto, a ‘instrução popular’, como dever do Estado que se pretende legítimo representante da nação. (MORAES, 2006, p. 97).

Com o sucesso das escolas noturnas em várias cidades da Província de São Paulo, a Loja Maçônica de Campinas introduz em seu conteúdo programático aulas de desenho linear, francês e escrituração mercantil, demonstrando preocupação na preparação de mão-de-obra para a nascente indústria paulista (MORAES, 2003). Desde então, organizações não governamentais, representantes dos mais diferentes extratos da sociedade civil, vêm atuando na área da Educação Profissional.

Não obstante, mesmo com a ampla atuação das organizações não governamentais e, ao longo do tempo, com a criação de uma rede significativa de Ensino Técnico Profissional pelo Estado (Escolas Técnicas Estaduais e Federais; Colégios Técnicos vinculados às Universidades Federais; Centros Estaduais de Educação Tecnológica; CEFETs – Centros Federais de Educação Tecnológica – hoje IFs-Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e outros), a questão da formação para o trabalho permanece um desafio para a política pública de educação.

³ “Introduzida no Brasil no século XVII pelos jovens colonos, filhos dos donos de terras e de escravos, que iam “ilustrar-se” nas universidades européias – principalmente na França e Portugal, - a maçonaria brasileira, difusora das idéias iluministas, dos ideais liberais e emancipadores, assumiu grande importância política na primeira metade do século XIX, sobretudo no processo de emancipação e formação do Império Nacional.” (MORAES, 2003, p. 87).

MAPEAMENTO DOS DADOS

O ponto de partida para o levantamento quantitativo das organizações não governamentais que atuam na cidade de São Paulo foi a internet. A pesquisa foi orientada pelo acesso a sítios temáticos sobre o Terceiro Setor e também via consulta a documentos disponíveis em sítios de órgãos governamentais que regulam a atuação das ONGs.

Os sítios temáticos consultados consistem em dois endereços de associações de organizações do Terceiro Setor que concentram dados sobre seus associados (www.gife.org.br - GIFE-Grupo de Institutos, Fundações e Empresas e www.abong.org.br - ABONG - Associação Brasileira de Organizações não Governamentais) e um terceiro endereço que foi criado especificamente para divulgar ONGs que realizam formação de jovens para o trabalho (www.buscajovem.com.br - Portal Busca Jovem)

Outra fonte importante de dados foi o portal da Prefeitura de São Paulo, que disponibiliza a consulta pública a documentos nos quais constam informações sobre as entidades sociais que mantêm convênios com os órgãos e secretarias municipais. Dentro do portal foram encontradas informações relevantes na Secretaria Municipal de Assistência Social, onde está disponível a lista de Entidades Sociais conveniadas e na Secretaria Municipal de Participação e Parcerias, que é responsável pelos Conselhos de participação da sociedade civil, entre eles o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), que é um órgão deliberativo e controlador das ações que envolvem o público infantil e adolescente (até 18 anos)⁴.

Para completar foi consultado o portal do Ministério do Trabalho e Emprego, no canal sobre *Políticas de Juventude e Aprendizagem*, onde foi encontrado o Cadastro Nacional de Aprendizagem, ferramenta criada pelo Ministério para o acompanhamento da Lei da Aprendizagem⁵ (www.mte.gov.br/politicas_juventude/aprendizagem_consulta.asp#).

Após consultas minuciosas às seis fontes de informação citadas acima, foram encontradas 114 Organizações não governamentais que atuam na área da formação profissional na cidade de São Paulo. Algumas destas Organizações (11 ONGs) possuem mais de uma unidade, somando 142 unidades de atendimento direto, isto

⁴ As informações são encontradas nos seguintes endereços: <www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/organiz_1267218364.pdf><www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/participacao_parceria/conselhos/cmdca/organizacoes/>

⁵ A Aprendizagem Profissional surge seis meses após a criação do SENAI, e passa a ser obrigatória na Indústria, com registro do aluno-aprendiz em Carteira de Trabalho, pelo Decreto-Lei 4.481 de 16/07/1942. Depois, em 1946, a normatização da aprendizagem no Comércio é iniciada através do Decreto-Lei 8.662/1946. Alterando os dispositivos da CLT que estavam baseados no Decreto-Lei nº. 4.481 e no Decreto-Lei nº. 8.622, a nova '*Lei da Aprendizagem*' é estabelecida pela Lei nº.10.097/2000, regulamentada pelo Decreto nº. 5.598/2005. Estabelece que todas as empresas de médio e grande porte estão obrigadas a contratarem adolescentes e jovens entre 14 e 24 anos. Trata-se de um contrato especial de trabalho por tempo determinado, de no máximo dois anos.

é, são 142 endereços diferentes na cidade onde os jovens podem se inscrever para participarem de cursos profissionalizantes gratuitos.

A partir da listagem dos nomes e endereços das Organizações fornecidos pelas fontes, foram realizadas buscas pelos sítios das próprias Organizações, onde então foi possível encontrar as primeiras informações sobre a atuação das mesmas. Somente 4 Organizações não mantêm endereço eletrônico na internet.

Dentre as 142 unidades, 71 delas declaram realizar cursos vinculados à Lei da Aprendizagem. É interessante notar que várias realizam simultaneamente curso com metodologia própria e curso de Aprendizagem, sendo que muitas vezes o primeiro é uma fase de preparação para o segundo.

Mais da metade das 142 unidades das ONGs encontradas estão registradas na Secretaria Municipal de Participação e Parcerias ou Secretaria Municipal de Assistência Social. Importante ressaltar que durante o processo de investigação a mesma Organização foi encontrada em mais de uma fonte. A Secretaria Municipal de Educação não mantém nenhum registro público em endereço eletrônico a respeito de parcerias ou convênios com organizações que desenvolvem projetos educacionais na cidade. Do mesmo modo, o Conselho Estadual de Educação não fornece informações.

Com as informações públicas disponíveis realizou-se um mapeamento básico, incluindo os seguintes dados: tipo de origem, natureza jurídica e ano de fundação da Organização não governamental; convênios ou parcerias; nome dos cursos; localidade; faixa etária e quantidade dos jovens atendidos; e critérios de seleção dos jovens.

DADOS SOBRE O PERFIL DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

Para analisar a atuação e alcance das ONGs na área da Educação Profissional, faz-se necessário conhecer quem são estas organizações dentro do panorama do Terceiro Setor. Por meio da pesquisa nos sítios foi possível levantar dados sobre a origem e ano de fundação das organizações estudadas. Em relação à natureza jurídica ou tipo de entidade, os termos encontrados foram tão diversificados que tornou-se inviável a categorização e conseqüente análise. Enfrentou-se problema semelhante na tabulação dos resultados sobre parcerias e convênios.

A consolidação dos dados referentes ao perfil das organizações não governamentais teve como base a contabilização de 114 Organizações, e não o número total de unidades atuantes, que são 142. Isto porque as características da Organização permanecem as mesmas, variando somente a localidade de atuação. As Organizações que possuem mais de um endereço na capital paulista somam 11,

e mantém 2 unidades no mínimo e 7 unidades no máximo. Também é interessante notar que existem 5 Organizações que atuam nacionalmente na oferta de cursos de formação profissional.

Foram consideradas três categorias para classificar a origem de uma Organização, sendo elas: religiosa, comunitária e empresarial. Na categoria-origem religiosa estão as ONGs fundadas por igrejas e religiões institucionalizadas ou grupos movidos por questões religiosas. As ONGs de origem comunitária são aquelas fundadas por grupos ou movimentos sociais da sociedade civil, mobilizados por causas políticas, humanitárias, de direitos, etc. E finalmente, um fenômeno mais recente de participação na sociedade civil, são as ONGs de origem empresarial, fundadas por empresas ou famílias ligadas a grupos empresariais.

Importante destacar a diferença entre Organização religiosa e Organização não governamental de origem religiosa. Segundo a classificação das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos “encontram-se agrupadas nessa categoria (Organização religiosa), as entidades que administram diretamente serviços religiosos ou rituais, incluindo: ordens religiosas, templos, paróquias, pastorais, centros espíritas, dentre outras.” (IBGE et al., 2008b, p. 27). Ou seja, este tipo de classificação de atividade exercida não cabe no escopo desta análise. Entretanto estas Organizações religiosas muitas vezes fundam outras Organizações que desenvolvem atividades distintas e possuem personalidade jurídica própria de acordo com sua atividade fim, por exemplo, hospitais, creches, assistência social, etc. Estas últimas interessam à pesquisa, uma vez que um dos pontos a serem analisados é a origem do nascimento da ONG.

Quando se procura saber o tipo de origem da fundação de uma Organização, é possível localizar esta informação no Histórico, item que costuma ser padrão em sítios institucionais. Contudo, 27 das 114 Organizações listadas não disponibilizam em seu sítio a origem de sua fundação. Entre as Organizações restantes, constatou-se que 15 possuem origem comunitária, 30 origem religiosa e 42 origem empresarial (Gráfico 1). Deste modo, em termos percentuais, forma-se o seguinte quadro de categorias de origem das Organizações: 37% de origem empresarial, 26% de origem religiosa, 13% de origem comunitária e ainda 26% sem dados.

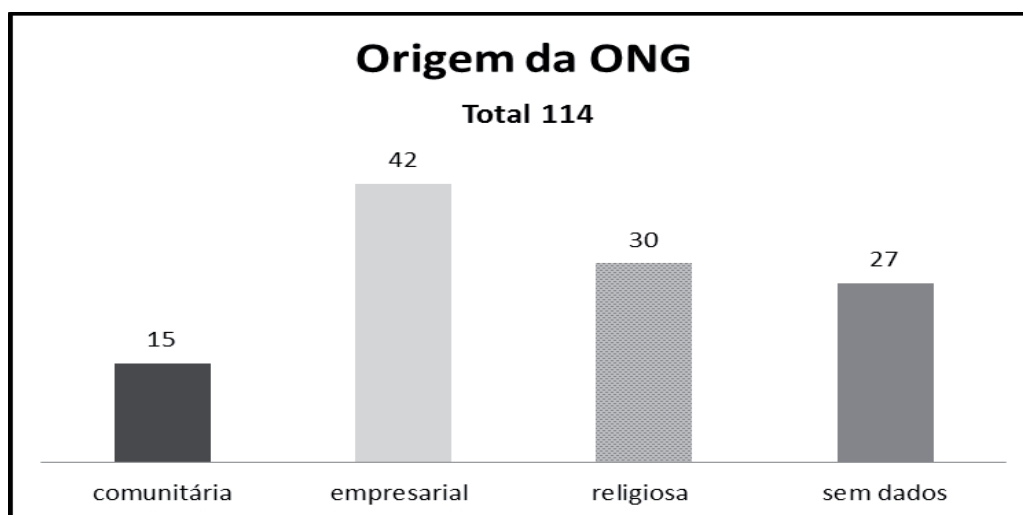


Figura 1- Quantidade de ONGs por Origem do histórico da fundação
Fonte: A autora (2011).

Em relação ao ano de fundação da Organização a informação foi igualmente buscada no item *Histórico* dos respectivos sítios. Este dado mostrou-se um pouco mais recorrente, tendo apenas 20 Organizações sem dados, representando 18% do total. Os dados foram agrupados em décadas, e ainda na categoria '*antes de 1900*', uma vez que duas Organizações tiveram suas fundações em 1863 e 1874. A maior concentração do ano de início das Organizações se dá a partir da década de 1970, tendo a década de 1990 como ápice das fundações. Foram encontradas 13 Organizações que iniciaram suas atividades na década de 1970, outras 21 na década de 1980, o maior número de 26 Organizações na década de 1990, e ainda outras 14 na década de 2000. Isto significa que a maior proporção de 23% das Organizações tiveram sua fundação nos anos 1990 (Figura 2), o que condiz totalmente com a abertura do Estado neste período para as parcerias com a sociedade civil.

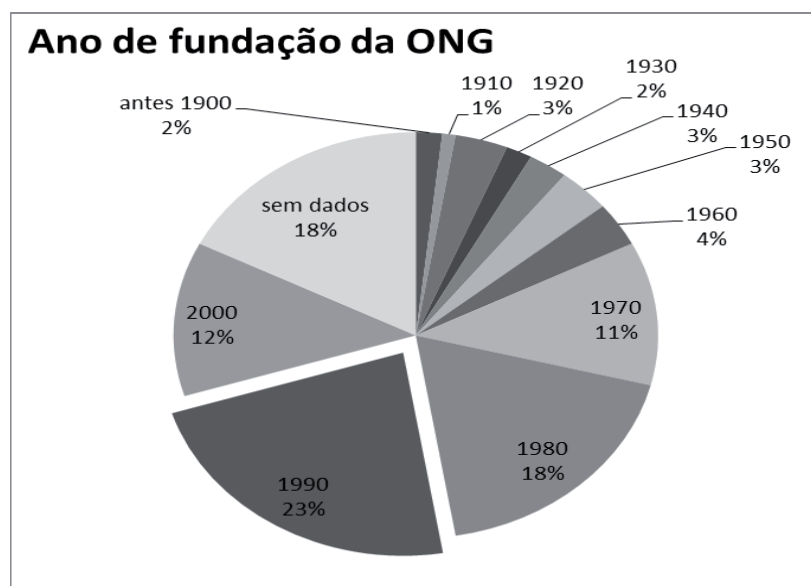


Figura 2 - Distribuição do ano de fundação da ONG, em %
Fonte: A autora (2011).

Ao comparar os dados sobre o tipo de origem e ano de fundação, surgem novos dados que podem subsidiar futuras análises. Por exemplo, revelou-se que até a década de 1940 praticamente todas as Organizações tiveram origem religiosa. Entre os anos de 1970 a 1980 as ONGs de origem religiosa e de origem empresarial tiveram crescimento igual, com 5 ONGs de cada inauguradas na década de 1970 e 7 na década de 1980. Por sua vez, na década de 1990 as fundações de ONGs de origem empresarial dispararam e mantiveram a mesma taxa na década de 2000. Interessante notar que durante os anos 2000 não ocorreu inauguração de nenhuma ONG de origem religiosa (Figura 3).

Quanto às Organizações de origem comunitária, que representam um número bem menor, estas também alcançaram o topo de surgimento nos anos 1990, com a fundação de 5 Organizações. Estranhamente nenhuma Organização de origem comunitária foi inaugurada na década de 1980, que foi caracterizada pela abertura política e consequente formalização dos movimentos de participação da sociedade civil (Figura 3).

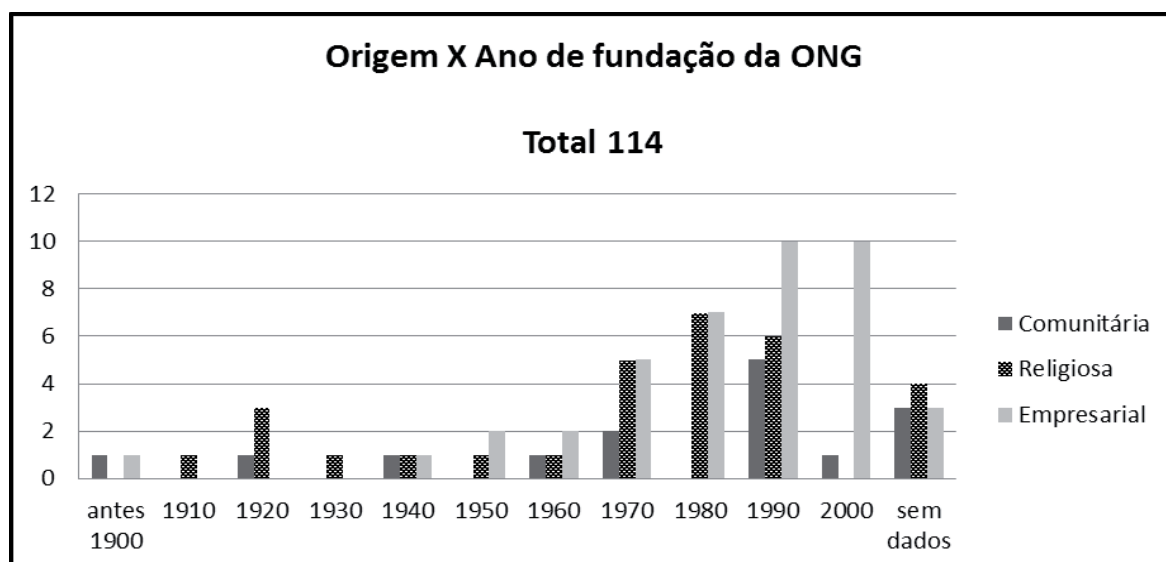


Figura 3 - Distribuição da Origem da ONG pelo ano de fundação

Fonte: A autora (2011).

A busca nos sítios pela natureza jurídica das ONGs não obteve sucesso. Os termos jurídicos convencionais (Organização Social, OSCIP, etc) foram encontrados em raros casos, entretanto de alguma maneira, grande parte das Organizações fornece referência de auto descrição, isto é, elas denominam qual o 'tipo de entidade' que acreditam ser. Algumas das denominações expressadas: 'Associação civil sem fins econômicos, de caráter social e beneficente'; 'Organização da Sociedade Civil sem fins lucrativos'; 'Entidade com fins não econômicos e de caráter filantrópico'; 'Organização não governamental sem fins lucrativos'; 'Entidade filantrópica'; 'Entidade beneficente e de assistência social'; 'Obra social'; 'Organização do terceiro setor'; 'Entidade de Assistência e Promoção Social'. Um ponto em comum foi descoberto, entre as 114 ONGs, 34% delas se descrevem como 'sem fins lucrativos'. Número pequeno se considerarmos que, por definição, deveriam ser sem fins lucrativos.

Da mesma forma não foi possível estabelecer dados consistentes sobre a existência de parcerias e convênios. Ambos os termos dão margem a entendimentos diversos, sendo assim, foi constatado nos sítios como formas de parcerias desde o convênio formal com a Prefeitura da cidade de São Paulo, passando pela empresa que oferece vagas para o jovem recém-formado, até o supermercado da região que contribui com doação de alimentos.

Por seu turno foi possível perceber que a manutenção destas ONGs está vinculada a inúmeras parcerias, que acontecem simultaneamente nas mais variadas configurações e áreas. As parcerias mais citadas (mais de uma parceria por

ONG) foram: Prefeitura (27), empresas (47), SENAI/SENAC (30), Institutos financiadores (19) e em quantidade menor, pessoas físicas (9).

Outra observação curiosa em relação às parcerias é a existência de 5 Institutos financiadores que concentram o apoio a 23 diferentes ONGs. Um deles chega a apoiar 9 ONGs. Todos eles são Institutos vinculados a grandes empresas: dois bancos, uma rede multinacional de supermercados, uma construtora, e empresários da área papelreira. Não existem informações suficientes para descrever se a parceria permanece somente no financiamento ou se os Institutos oferecem ajuda técnica, de recursos humanos ou outras.

No que diz respeito aos recursos financeiros de sustentação das Organizações, encontrou-se poucas informações, sendo possível somente concluir que nenhuma ONG diz depender exclusivamente de uma única fonte de recursos. A maior parte delas, 46%, relata que seus recursos possuem apenas origem privada (Figura 4).

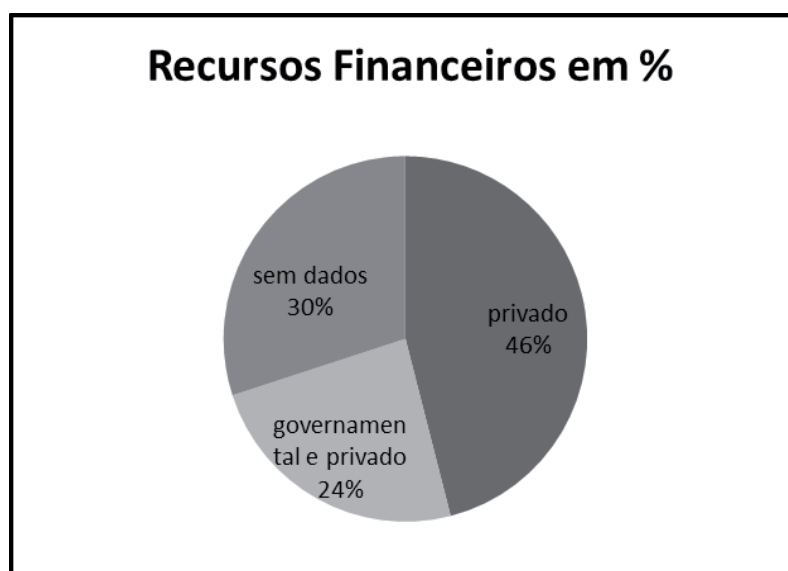


Figura 4 - Origem dos recursos financeiros, em %
Fonte: A autora (2011).

DADOS SOBRE O CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

O levantamento de dados a respeito do desenvolvimento do curso de formação profissional foi calculado a partir do número das 142 unidades das ONGs. É importante destacar que grande parte das ONGs também desenvolve outras atividades, em diversas áreas, além da Educação Profissional de jovens, e que não são elementos de avaliação desta análise

A distribuição de localidade das 142 unidades nas regiões da cidade de São Paulo se apresenta de forma razoavelmente uniforme, com 20 unidades nas regiões

Centro e Norte, 28 unidades na região Oeste e 26 unidades na região Leste (Figura 5). O destaque é para as 47 unidades localizadas na região sul, representando 33% do total. Somente para uma unidade não foi possível distinguir a região de atuação.

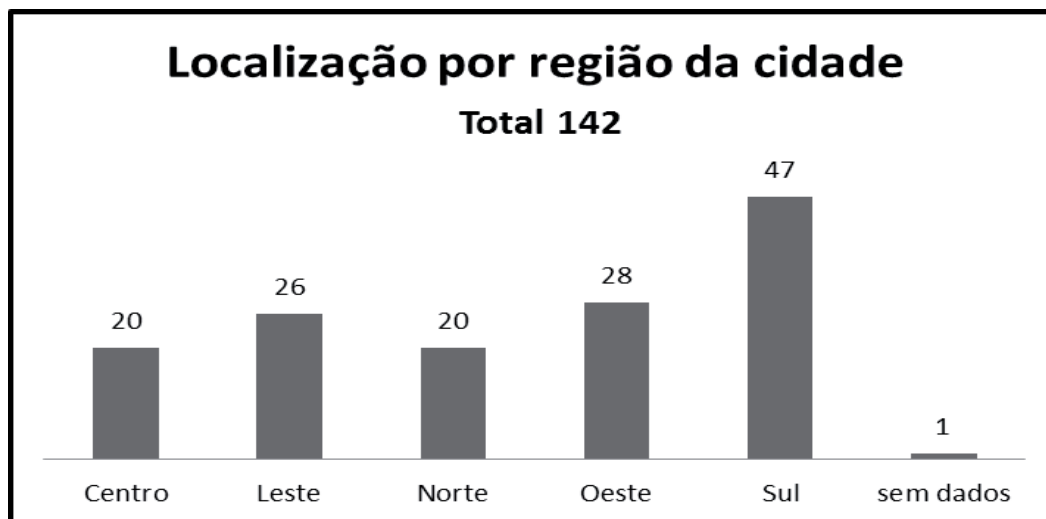


Figura 5 - Distribuição das unidades das ONGs pelas regiões da cidade

Fonte: A autora (2011).

No que se refere à denominação dos cursos, somente 117 unidades divulgam esta informação em seus sítios ou no Cadastro Nacional de Aprendizagem, as 25 unidades restantes não definem o nome do curso ou apenas referem-se ao curso de maneira genérica, por exemplo “Programa Preparação para o Trabalho”. Dentre as 117 unidades com dados pode-se realizar uma primeira análise a respeito do setor econômico e/ou área de atuação para o qual o curso está voltado. Utilizou-se uma classificação básica, distinguindo apenas os grandes setores de Indústria, Serviços e Construção Civil. Foram encontrados os seguintes dados: 87 unidades com cursos no setor de Serviços, 17 unidades com cursos nos Setores de Indústria e Serviços, 7 unidades com cursos no setor de Indústria, 3 unidades com cursos nos setores de Serviços e Construção Civil e mais 2 unidades nos setores de Indústria, Serviços e Construção Civil. Foi encontrada também uma única unidade onde existem cursos no setor da Saúde. Isto significa que 61 % das unidades das ONGs oferecem exclusivamente cursos para a formação no setor de serviços, e ainda 73% delas oferecem cursos no setor de serviços juntamente com cursos nos outros setores (Figura 6).

É rara a informação em relação à carga horária dos cursos, sendo que algumas unidades relatam se os mesmos são trimestrais, semestrais ou anuais. Igualmente encontra-se rara menção sobre a certificação dos cursos, e quando existe, a referência é do SENAI ou SENAC.

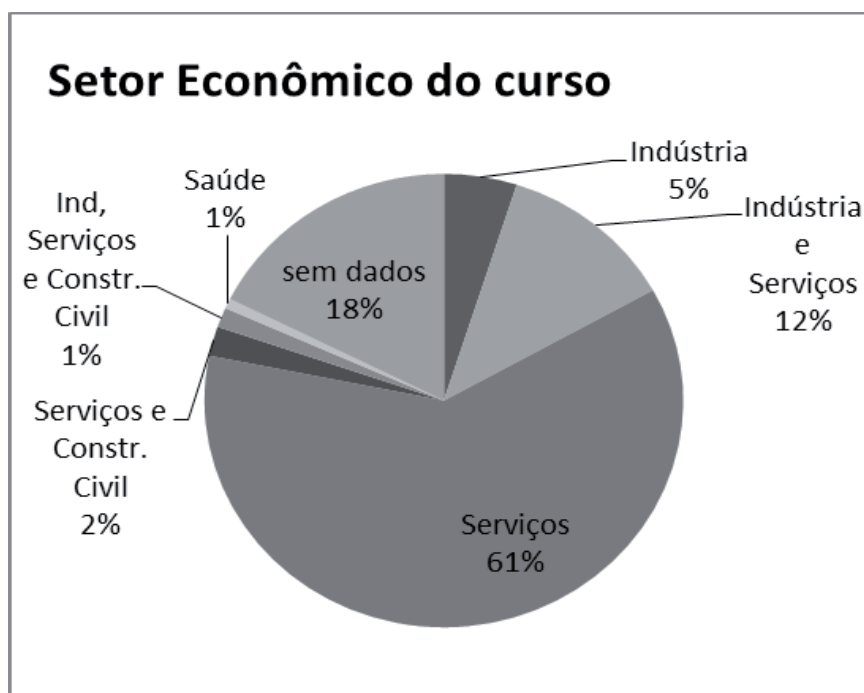


Figura 6 - Distribuição dos Setores Econômicos dos cursos, em %
 Fonte: A autora (2011).

DADOS SOBRE O PERFIL DOS JOVENS ATENDIDOS

Um dos critérios para inclusão das Organizações não governamentais na pesquisa foi o fato de oferecerem cursos de Educação Profissional gratuitos, sendo assim subentende-se que o público atendido seja de baixa renda. A missão e os objetivos das ONGs usualmente referem-se ao atendimento à população carente, de baixa renda, em situação de vulnerabilidade e muitos outros termos. Entretanto no que se refere diretamente ao perfil do jovem atendido nos cursos de formação profissional, 74 das unidades das ONGs não trazem nenhum dado, isto é, 52% das unidades não deixam claro para quem são direcionados os cursos.

A publicação nos sítios dos critérios socioeconômicos para a participação nos cursos é descrita de maneira tão diversa que é inviável realizar classificações. De qualquer forma, algumas expressões são mais recorrentes, são elas: “vulnerabilidade”, “renda familiar de até 2 ou 3 salários mínimos”, “jovens de baixa renda”. Mais dois outros critérios de participação são mencionados com frequência, o local de moradia e escolaridade. Via de regra, as ONGs mencionam que os candidatos às vagas do curso devem residir em bairros próximos à sede da ONG e devem estar matriculados na rede pública de ensino. Poucas fazem referências mais específicas sobre as condições de escolaridade necessárias para o acesso ao curso, apenas 3 ONGs afirmam que os jovens devem estar cursando o ensino médio e outras 4 ONGs colocam como critério ter no mínimo concluído a 6^a, 7^a ou 8^a série do ensino fundamental.

Quanto à faixa etária estudada, a optou-se em abranger a juventude entre os 14 e 29 anos de idade, apesar dos adolescentes de 14 anos raramente serem considerados como pertencentes a esta faixa e também nem sempre os sujeitos de 25 a 29 anos. Entretanto a justificativa segue o mesmo raciocínio do estudo “Jovens e Trabalho no Brasil” (CORROCHANO, 2008, p. 10):

Este recorte operativo relaciona-se aos seguintes aspectos: em sua grande maioria, os estudos que focalizam a situação juvenil no mercado de trabalho consideram a faixa de 16 a 24 anos. Em nossa perspectiva era preciso ampliar esses limites. Pouco se sabe sobre a situação de jovens com idade entre 14 e anos que trabalham em consonância com a Lei da Aprendizagem ou ilegalmente. Ao mesmo tempo, desde 2005, é considerado jovem, no Brasil, o cidadão ou cidadã com idade entre 15 e 29 anos, conforme a Lei 11.129 de 30/06/2005⁶ que criou a Secretaria Nacional de Juventude.

No processo de busca sobre a faixa etária atendida pelas 142 unidades das ONGs verificou-se 28 formas distintas de estratificação da faixa entre 14 e 29 anos como entendimento da idade adequada para participar do curso de formação profissional. Foram encontradas ONGs que atendem somente jovens de 14 e 15 anos até ONGs que estendem a idade de 15 a 29 anos. Duas exceções chamaram atenção, uma ONG que diz oferecer cursos para candidatos de 10 a 18 anos e outra ONG que abrange dos 16 aos 30 anos.

De modo geral, as consolidações viáveis diante de tamanha variedade foram: 33 unidades incluem adolescentes de 14 anos; 9 unidades incluem os jovens de 29 anos; o seguimento de faixa etária que mais apareceu foi o de 15 a 17 anos, com 16 unidades. Dentro do parâmetro da Secretaria Nacional da Juventude (15 a 29 anos) constatou-se somente 3 unidades e na abrangência desta pesquisa (14 a 29 anos) apenas 1 unidade. Além disso, 33 unidades não revelam qual a faixa etária de atendimento.

Para finalizar verificou-se que entre as 142 unidades estudadas somente 103 delas declaram o número de jovens atendidos nos cursos de formação profissional, totalizando 22.193 jovens por ano, ou seja, 72,5% das unidades atendem esta quantidade de jovens.

CONCLUSÃO

Pouco se conhece da atuação das organizações não governamentais nos chamados ‘cursos profissionalizantes’. De modo geral, artigos e teses referem-se ao papel das ONGs no âmbito da Cidadania, Saúde, Cultura e Educação não-formal, num sentido mais amplo e genérico.⁷ O artigo intitulado “ONGs e políticas públicas

⁶ A lei completa pode ser encontrada no site da Câmara Nacional (www.camara.gov.br) e mais informações sobre a Secretaria Nacional da Juventude em www.secretariageral.gov.br/Juventude.

⁷ Exemplo de duas teses que abordam a questão educacional e ONGs: AOYAMA, Ana Lúcia Ferreira. O papel do

de educação profissional: proposta para a educação de trabalhadores”, publicado em 2003 no Boletim técnico do Senac, foi a reflexão mais próxima encontrada. Com foco específico, localizou-se apenas um estudo realizado pela Fundação Odebrecht, com apoio do Ministério do Trabalho, FAT – Fundo de Amparo ao trabalho, PLANFOR – Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador e Sistema S, no ano de 1996. A pesquisa “Educação Profissional de adolescentes: Cadastro das Iniciativas não-formais” produziu um registro nacional das entidades que realizam algum tipo de formação profissional voltado a adolescentes.

Existe, portanto, um vasto campo ainda a ser estudado para que se possa compreender a amplitude e a natureza da participação de Organizações não governamentais no desenvolvimento de cursos de formação profissional destinados à juventude trabalhadora. Deste modo o presente texto é uma primeira aproximação de análise conjunta de três temáticas bastante em voga na atualidade: Educação Profissional, Organizações não governamentais, juventude.

BELLIZIA, Ana Paula. Professional Education and Non-governmental organizations: a profile of NGOs that provide vocational training to working class young adults. *Educação em Revista*, Marília, v. 12, n.2, p. 91-108, Jul.-Dez. 2011.

ABSTRACT: Given the large share of Third Sector in Professional Education, and few academic studies about this phenomenon, this text seeks for understanding the role played by non-governmental organizations that provide vocational training to working class young adults in the city of São Paulo through analysis of data collected by documents researching available in portals of the Municipality of São Paulo and the Ministry of Labor and Employment, and Third Sector themed sites. 114 NGOs were found (with 142 different units) that offer free courses for youngsters. We carried out mapping their profile including: type of origin, legal status, foundation year and location; agreements or partnerships; names of courses, age, quantity and selection criteria for the youths involved.

KEYWORDS: Professional Education. Non-governmental organizations. Youth.

REFERÊNCIAS

ANGELI, José Mario. Gramsci, globalização e pós-moderno. In: _____. *Estudos de filosofia política*. Londrina: Ed. UEL, 1998. cap. 2.

COSTANZI, Rogério Nagamine. *Trabalho decente e juventude – Brasil*. Brasília, DF: Organização Internacional do Trabalho, 2009.

terceiro setor em ações de educação não-formal a partir da década de 1990 no Brasil. Tese (Mestrado)– FEUSP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005, e BRUNSTEIN, Janette. ONGs e Educação: novas possibilidades educativas? Tese (Doutorado)– FEUSP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

- CORROCHANO, Maria Carla et al. *Jovens e Trabalho no Brasil: desigualdades e desafios para as políticas públicas*. São Paulo: Ação Educativa e Instituto Ibis, 2008.
- DIEESE: Estudos e pesquisas. A ocupação dos jovens nos mercados de trabalho metropolitanos. São Paulo: DIEESE, ano 3, n. 24, set. 2006.
- FERNANDES, Rubem Cesar. *Privado porém público, o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Civicus, 1994.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FUNDAÇÃO ODEBRECHT. *Educação Profissional de adolescentes: cadastro das iniciativas não-formais*. 1996.
- GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. São Paulo: Círculo do livro, 1985.
- HADDAD, Sergio. ONGs, identidade e desafios atuais. Campinas: Autores Associados, 2000. (Cadernos ABONG, n. 27).
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)*, 2008a, v. 29.
- _____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Associação Brasileira de ONGS (ABONG) e Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE). *As Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos do Brasil*, 2005. *Estudos e Pesquisas*, n. 8, Rio de Janeiro, 2008b.
- MONTAÑO, Carlos. *Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. *A Relação Trabalho e Educação em Perspectiva Histórica e Sociológica*, São Paulo, Tese de Livre-Docência, FE/USP, 2006.
- _____. *A socialização da força de trabalho: instrução popular e qualificação profissional no Estado de São Paulo (1873-1934)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *Global employment trends for youth*: August 2010: special issue on the impact of the global economic crisis on youth. Geneva, 2010.

